

Por que o Brasil...

1 ABR 1985

por Vera Brandimarte
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Essa política de redução nos preços mínimos, aliás, deverá ser perseguida, neste ano, pelos próprios Estados Unidos ao fixar seus preços de garantia, para reduzir os gastos do Tesouro com subsídios ao produtor. Mas, observa a mesma fonte, nos EUA, a agricultura conta com o apoio de linhas de financiamento. Na Europa, esse apoio à atividade vem através da remuneração via preços. No Brasil, a atividade agrícola ficaria sem nenhuma proteção, da mesma forma que a indústria e o consumidor nacional.

Essa proposta do Banco Mundial não é nova. Ela já foi apresentada em 1983 e, durante todo o ano passado, vários estudos foram feitos para a formulação de uma contraproposta nacional, que fixou as salvaguardas para proteger não só o mercado interno das pressões altistas de preços externos, mas também para garantir a rentabilidade do produtor nacional. Mas o governo do presidente Figueiredo, sabendo das dificuldades da implementação desse sistema de salvaguardas, complicadas não só em termos de operacionalidade, mas pelas restrições políticas de diversos setores da sociedade, acabou não bancando a proposta.

O CMN aprovou a liberação do comércio com salvaguardas, mas jamais se pensou seriamente em implementar essas restrições do comércio, deixando a tarefa para o futuro governo. E, antes mesmo que os ministros do novo governo tivessem montado suas equipes e comesçassem a raciocinar sobre essa herança, o Banco Mundial jogou duro, impondo condições que ignoram todas as discussões a nível técnico mantidas durante o ano de 1984, quando já estavam claras as necessidades de fixação de salvaguardas para não desestruturar o mercado interno. Agora, o novo governo precisará, antes de retomar as negociações com o Banco Mundial, abrir para a sociedade esta discussão, no estilo da Nova República, para que ela tenha apoio político para ser implementada, observou a mesma fonte.

1 ABR 1985

GAZETA MERCANTIL

Por que o Brasil recusa empréstimo

por Vera Brandimarte
de Brasília

O governo brasileiro não deverá aceitar as condições impostas pelo Banco Mundial para a liberação, neste ano, de US\$ 350 milhões, que se destinariam ao financiamento das exportações de produtos agrícolas ou agroindustriais.

Para conceder esse empréstimo, o Banco Mundial está exigindo a total liberação das exportações e importações brasileiras do complexo soja, de milho e de algodão, sem nenhuma salvaguarda que proteja o mercado nacional.

O memorando do Banco Mundial, impondo as condições para o financiamento, chegou ao Brasil no dia 19 de março, quando acabava de ser empossado o novo governo. Junto, um comunicado do banco já marcava reunião para o último dia 8, em Washington, para discutir essas condicionantes.

O governo brasileiro pediu o adiamento da reunião para ganhar tempo para estudar as propostas. Mas não foram necessárias

muitas reuniões para a área econômica do governo perceber que era totalmente inviável aceitar essas imposições, que deixariam o mercado de produtos agrícolas brasileiro sem nenhuma proteção.

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, saiu à frente e declarou insistentemente que não concordava com a proposta. Na Seplan, também já se fortaleceu a mesma convicção.

Isso porque, além de reivindicar a total liberação do comércio destes produtos, o Banco Mundial também impõe condicionantes como o levantamento de imposição de cotas ou de qualquer limite quantitativo nas exportações, a proibição de aplicações de tarifas ou subsídios nas exportações e importações, a inexistência de qualquer controle de preços de produtos agrícolas e a observação rigorosa, na colocação de estoques governamentais, de preços nunca abaixo da paridade internacional.

As exigências não terminam aí. Até mesmo para os estoques reguladores dos chamados produtos domés-

ticos, como o arroz e o feijão, o Banco Mundial exige que sejam vendidos a preços de mercado. Ou seja, o governo perderia totalmente qualquer poder para interferir na comercialização, a não ser no caso de subsídios necessários para a garantia da política de preços mínimos.

Mesmo aí, observou uma fonte da área econômica, se estaria abrindo um precedente para que, mais tarde, o Banco Mundial pudesse também vir a discutir a própria política de preços mínimos, quando os preços de garantia do governo se situassem acima da paridade internacional.

(Continua na página 20)

O Banco Mundial resolveu reiniciar negociações com o governo brasileiro sobre o financiamento destinado a seis projetos do Polo de Desenvolvimento do Noroeste (Polonoroeste). O empréstimo foi suspenso devido à violação de compromissos de demarcação de reservas indígenas e ecológicas assumidos pelo governo Figueiredo.

(Ver página 3)